

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.858.331 - SP (2020/0011943-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : EDITORA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADO : ANTONIO DONIZETI PEREIRA - SP234326
EMBARGADO : NEVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
CIRÚRGICOS LTDA
ADVOGADOS : ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO - SP154169
VINICIUS FERNANDO LEITE OLIVEIRA - SP413558

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDITORA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES LTDA. contra a decisão de e-STJ fls. 421-426, que negou provimento ao agravo em recurso especial da parte embargada, e deixou de majorar os honorários advocatícios com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, ao fundamento de que não houve fixação da verba na origem.

A embargante sustenta que o acórdão recorrido manteve a decisão que deu provimento ao seu recurso de apelação e na mesma assentada fixou a verba honorária em 15% do valor da condenação.

Relatados, passo a decidir.

Razão assiste à embargante.

Com efeito, verifico que o Tribunal de origem fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação, conforme se verifica à fl. 378, e-STJ:

Reforma-se, pois, a r. sentença, de modo a rejeitar os embargos monitórios, constituindo-se de pleno direito o título judicial, na forma do § 8º do art. 702 do Cód. de Proc. Civil; responderá a apelada, ainda, pelas despesas processuais e honorários de advogado arbitrados em 15% do valor da condenação, já considerado este recurso, conforme o disposto no §§ 2º e 11 do art. 85 do Cód. de Proc. Civil.

A respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO

EXTRACONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

[...]

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

[...]

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).

Em face do exposto, acolho os embargos de declaração para, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majorar em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte embargante, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora